

Melo Egidio assistiu ao caso

Agente da PJ acusado de arbitrariedades num hotel

O Sindicato Democrático da Hotelaria, Alimentação e Turismo (Sindhat) denunciou o que considerou «uma atitude desmedida da Polícia Judiciária», ocorrida na presença do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Aquele sindicato refere que o incidente ocorreu perante uma delegação militar chinesa, que se encontra de visita a Portugal e uma missão económica iraquiana.

Em comunicado, o sindicato ligado à UGT refere que, ao princípio da tarde do quarta-feira, um agente da PJ, que acompanhava um seu superior hierárquico, entrou num hotel de Lisboa «em altos gritos» invectivando um trabalhador local que lhes solicitara que não estacionassem a viatura em cima do passeio fronteiriço àquela unidade hoteleira.

Quando um segundo trabalhador lhe solicitou a respectiva identificação, o agente da PJ teria dito que faria «o hotel pelos ares» e que «reberitaria isto tudo».

«Depois de insultar soezmente o segundo trabalhador», diz o sindicato, «o agente apontou-lhe a pistola, dá-lhe voz de prisão, algema-o com as mãos atrás das costas e mete-o num carro da PJ, à semelhança do que lá tinha feito com o primeiro trabalhador».

Este sindicato sublinha que «o espectáculo não teria passado de degradante» se não fosse a presença das missões internacionais e diz que «a situação revestiu-se de um melindre tal que o general Melo Egidio, que acompanhava a missão militar chinesa, solicitou da direcção do hotel um memorando com pormenorizadas informações do incidente».

O director do hotel — prossegue o comunicado — perante o avolumar dos transeuntes que se iam juntando à porta, solicitou ao agente da PJ que a questão fosse dirimida no interior do estabelecimento, a que o dito agente se opôs, argumentando, que tinha de se deslocar ao aeroporto em «missão judicial».

O agente da Polícia Judiciária intimou, então, «as circunstâncias a dispersar, ameaçando-os com um «spray» de gases lacrimogéneos e pedindo reforços à PJ», que chegaram pouco depois — refere o sindicato.

Os trabalhadores do hotel foram levados sob prisão e o advogado do estabelecimento hoteleiro, que se deslocou à PJ, não conseguiu que lhe fosse indicado o paradeiro dos mesmos, «apesar de permanecer hora e meia» nas instalações daquela Polícia — acrescenta o documento.

O Sindhat refere que os dois trabalhadores foram remetidos a Tribunal da Polícia, onde lhes foi instaurado um processo de crime não qualificado, estando prevista a leitura da sentença para 15 de Novembro.

O sindicato afirma «não confundir a PJ com um agente que, obviamente, não é digno da corporação que serve», mas exige, no entanto, que as autoridades públicas esclareçam a situação.

ensino

A «regularização» do Ensino Primário?

Na sua conferência de imprensa, no dia anterior à abertura oficial da escola primária para o ano escolar de 1981-82, o ministro da Educação, Vítor Crespo, constatou, de maneira sucinta, que o ensino primário em Portugal estava agora «regularizado». E assim prosseguiu falando logo o segredo dos problemas que dilam respeito aos ensinos preparatório e secundário. Esta rápida rejeição, ou melhor, minimização, dos problemas do ensino primário por parte de Vítor Crespo, é sintomática de uma atitude muito mais ampla, especialmente pela parte dos técnicos de educação, em relação às escolas primárias na generalidade. Por alguma razão extraordinária, o mero facto de serem chamadas todas as crianças portuguesas frequentarem o ensino primário parece ser motivo suficiente para este ser considerado como um sector que funciona e que pode, portanto, ser arrumado na prateleira, enquanto toda a atenção é dirigida aos problemas graves dos outros sectores, nomeadamente os do ensino preparatório, secundário e superior. Claro que isso é absurdo. Embora seja verdade que o ensino primário «funciona» em Portugal, pode-se facilmente sustentar que tal «funcionamento» produz mais aspectos negativos que aspectos positivos, que o ensino primário, tal como existe em Portugal, está a obstruir todos os esforços feitos noutros sectores para que o sistema educativo melhore, sendo tais esforços um desperdício de tempo e de energia.

Porquê? Porque o ensino primário em Portugal ainda é muito exiguo. Exiguo não só em termos de recursos, também em termos de materiais, de edifícios, de formação de professores, mas também em termos de dois outros factores, interdependentes, extremamente importantes: 1) o número de horas que cada criança passa na escola, 2) a própria concepção da escola, isto é, o tipo de ambiente social nela existente e a relação da escola com a comunidade. A maior parte das crianças portuguesas que frequentam a escola primária só atinge a 1/2 hora por dia. A relação que existe entre a escola e a comunidade é, praticamente em todo o lado, tão

pobre que não pode ser mesmo considerada como uma «relação». As escolas primárias são lugares onde as crianças são depositadas por algumas escassas horas, e mais tarde recuperadas para que possam voltar às suas vidas «normais» na rua ou no campo. A escola em Portugal não atrai a criança, não representa o fulcro de atenção da criança que acontece noutros países como os Estados Unidos da América ou a Inglaterra, por exemplo. Isto é, a escola não significa para as crianças portuguesas o que significa para as crianças americanas, inglesas, etc., e isto também se aplica aos pais.

Claro que para as classes médias das áreas urbanas, como Lisboa ou Porto, as coisas são diferentes — ali as crianças vão a escolas particulares, onde, na verdade, há frequentemente uma ligação entre criança e pais e a escola. Na escola particular a criança passa 6 a 8 horas diárias! O ambiente da escola é agradável, estimulante — fora das lições as crianças brincam juntas, leem as mãos juntas, comem juntas, planeiam actividades juntas, formam um conjunto com os professores e o pessoal auxiliar da escola. Os pais não depositam as suas crianças, mas param para falar um bocadinho com o professor ou com o director da escola, assistem às reuniões organizadas pela escola, são sensíveis ao sucesso da escola participando muitas vezes no processo desse mesmo sucesso. Certamente que também pagam entre 4000 e 5000 escudos à escola no fim de cada mês.

Depois da revolução de 25 de Abril, o Ensino Básico frizou a necessidade de melhorar a escola primária em Portugal. O ensino primário não estava «regularizado», muito pelo contrário. Era o fulcro de atenção. Porquê? Porque o poder reconhecia o papel crucial que a escola primária jogava (e joga) na determinação de sucesso escolar, e consequentemente no futuro sucesso da vida dos alunos. O processo de mobilização que então teve lugar era uma tentativa, a) de fornecer às crianças portuguesas a base necessária para uma cidadania política, e b) para lutar contra a burocratização do

ensino, e assim criar atitudes e energias nos alunos, nos professores e nos pais, as quais poderiam-lhes permitir ultrapassar a escassez de recursos, escassez tão óbvia em Portugal. Permitir-lhes-lhes ultrapassar aquelas atitudes tradicionais que resultavam de mentalidades antipáticas, «imobilizadas», as quais levantavam todos os obstáculos concebíveis para impedir que a escola conseguisse cumprir os seus objectivos. A mobilização, depois de 25 de Abril, foi uma força tremendamente positiva, e ao mesmo tempo era uma força de duração limitada (só se pode ficar «mobilizado» por um curto período de tempo). E era uma força que deveria ter iniciado o caminho, ter dado o pontapé de saída, digamos assim, de um processo mais compreensivo, planificado e firme do desenvolvimento educativo, alinhado sobre os princípios que eram a carne e o sangue da revolução — numa frase, sobre a criação de uma sociedade portuguesa mais justa. Sente-se, contudo, que na fúria de reorganização do «normalização», que a cidadania política, o direito de participar na vida política do país, em todos os sentidos, foi mais uma vez relegada para uma posição subordinada à cidadania económica, o direito de trabalhar, de consumir. As consequências, num país com desigualdades tão marcadas e com um aparelho estatal tão centralizado, são dramáticas. A burocratização realimenta-se, o acto de ensino e aprendizagem só acontece «em última instância», e o desenvolvimento educativo preocupa-se principalmente com o crescimento económico. Por consequência, o problema crucial da igualdade, de encontrar uma maneira de reduzir o fosso que existe entre as massas populares e as elites do negócio, da governação e da universidade, é virtualmente ignorado.

Stephen R. Stoer
sociólogo visitante
de Open University
(de Inglaterra)

Para uma lista pormenorizada das «lacunas» da escola primária portuguesa, ver Benevente, Ana e Correia, Adelaide Pinto, «Obstáculos ao Sucesso na Escola Primária», Lisboa, 1980 IED.

comunicação social

CDS não sabe perder

Derrotado no CI/RDP abandona sala sem explicações...

O CDS abandonou ontem à tarde a reunião do Conselho de Informação da RDP, após ter perdido uma votação com a qual pretendia que o CI não ouvisse a Comissão de Trabalhadores daquela empresa, alegando que os três elementos presentes podiam não ser representativos de toda a CT.

Tratava-se de ouvir aquela estrutura de trabalhadores a propósito de presumíveis casos de corrupção que estariam a verificar-se no Emissor Regional de Coimbra, envolvendo os seus principais responsáveis.

Opinião diferente tinham os representantes do PSD, que alegavam nada obstar a que se ouvissem os trabalhadores, tanto mais que qualquer elemento do Conselho que eventualmente tivesse dúvidas sobre se eles seriam ou não mandatados, poderia, posteriormente, apurar da sua representatividade legal.

Posto o caso à votação, saiu vencedora a proposta que acedia à presença da Comissão de Trabalhadores e a sua legitimidade. Apenas dois

membros do CDS votaram contra. A proposta foi, portanto, aprovada com os votos do PSD, PS, ASDI, UEDS, MDP e PCP, verificando-se a abstenção do PPM.

Inesperadamente, e sem quaisquer explicações, os elementos do CDS abandonaram a sala, ignorando-se se o fizeram a título individual, ou se como tomada de posição a nível do respectivo partido.

Dado que se havia perdido grande parte do tempo útil com a questão levantada pelo CDS, o Partido Socialista propôs a transferência deste ponto da ordem dos trabalhos para a próxima sessão.

Entretanto, o mesmo Partido apresentou uma proposta condenando a atitude do CDS que, segundo os socialistas, era um indicio do recelo que causava aquela organização partidária as revoluções que pudessem ser feitas pelos elementos da Comissão de Trabalhadores. Nesta altura dos trabalhos, e certamente por não quererem participar na votação, os membros do PSD abandonaram também a sessão, ficando

apenas um conselheiro deste partido e outro que, na altura presidia aos trabalhos.

Dório Guimarães, o social-democrata que não se retirou, sugeriu entretanto ao PS que alterasse os termos da sua proposta, «manifestando estranheza» pelo abandono do CDS, mas sem tirar desde logo ilações.

A proposta do PS foi aprovada com as alterações sugeridas por 14 votos a favor e 2 contra.

Imprensa portuguesa: êxitos e fracassos

A imprensa estatizada em Portugal tem tido êxito éico, mas insucesso financeiro — afirma Juarez Bahia, correspondente em Lisboa do «Jornal do Brasil», em entrevista a um jornal brasileiro.

Bahia, ao comentar a imprensa portuguesa para o jornal de Santa Catarina, que se publica em Blumenau, salientou que ela goza de liberdade plena, embora a estatização dos jornais seja «uma experiência incomum na imprensa ocidental».

Compre um Televisor a cores... dispondo apenas de 5.500\$00!

EMPRESA DE PROMOÇÃO DE VENDAS

EMPRESA DE PROMOCÃO DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

CARNET JJ-CICLO TV COR

Vá de férias num Mini com um atrelado tenda Xaria vendo televisão a cores num DECCA

Inscriva-se imediatamente seguindo as condições estabelecidas:

- 1.º — Envie através de Vale Postal Nacional para o Apartado 4069 - 1506 Lisboa Codex a importância de 500\$00 referente ao seu «sinal de compra».
- 2.º — Preencha e recorte, um dos boletins duplos «inscrição - sinal de compra», publicados diariamente de 24 de Outubro a 1 de Novembro de 1981 nos principais jornais de Lisboa e Porto.
- 3.º — Cole o referido boletim num postal dos CTT e remeta-o para «JJ Empresa de Promoção de Vendas — Trav. do Rosário, 16-2.º D 1200 Lisboa».
- 4.º — A orgânica geral desta campanha é publicada no jornal Correio da Manhã nos dias 24 e 25 de Outubro e 1 de Novembro.

9

Boletim de Inscrição Sinal de Compra n.º

C. Postal

Venho informar que em _____ enviei para o Apartado 4069 - 1506 Lisboa Codex, através do Vale Postal Nacional, com o n.º de emissão: _____ a quantia de 500\$00 (Quinhentos Escudos) referente ao sinal de compra de um receptor de televisão a cores c/écran de 51 cm.

Nome: _____

Morada: _____

Localidade: _____ Telefone: _____

Idade: _____ anos, nascido a _____/_____/_____, estado civil: _____

profissão: _____ nome e morada da entidade onde presta serviço: _____

Tem filhos? _____ Quantos? _____ mencione a idade de cada filho seguida da letra M ou F, conforme o seu sexo seja: Masculino ou Feminino.